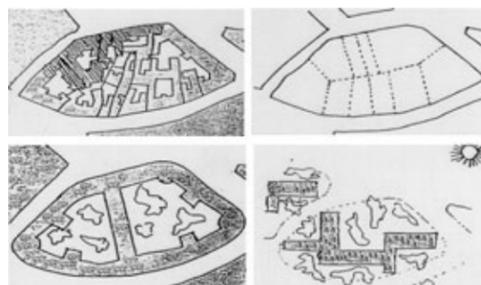


# Reabilitação ou fraude?

**José Aguiar**

Professor associado, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa



**A atribuição de valor à cidade como património urbano não é longínqua, mas a reabilitação não é uma nova práxis (ao contrário da apologia que inunda o discurso político); já existe uma história, com fundamentos sociais e integradores (direito à cidade), democráticos (processos participativos) e ambientais (a requalificação dos espaços públicos vs. ecologia).**

**Pela cuidada atenção aos problemas da matéria, do tempo e do espaço, a reabilitação, na perspetiva da arquitetura, é uma das mais apaixonantes atividades de projeto. Mas, no tempo em que a cultura se tornou consumo e o consumo uma cultura (cf. Santos: 2010), instaurou-se uma fetichização e um consumismo patrimonial que substituíram as anteriores paixões identitárias: as atuais políticas públicas conduzem à segregação social e instauraram uma terrível fraude arquitetónica.**

## O (ainda) novo conceito de património urbano

A adjectivação da cidade como património inicia-se quando nasce o processo moderno de planear e desenhar cidades (a que Cerdà chamou «urbanização») no auge da Revolução Industrial: quando começa o sonho da cidade moderna, revaloriza-se a cidade que irá desaparecer, a cidade antiga, depois designada «histórico-artística».

O plano regulador de Paris, de Haussmann, introduz na renovação urbana o *mise en valeur* dos monumentos colocando o passado num pedestal museológico que, ao mesmo tempo, os afasta do quotidiano. O higienismo urbano introduz os gabaritos de controlo das volumetrias de acordo com a regra dos 45° e o recuo sistemático das frentes urbanas: a demolição progressiva dos antigos edifícios, das antigas ruas, deveria dar oportunidade ao surgimento futuro de artérias mais largas. Muitas das ruas nos nossos antigos núcleos urbanos mostram, ainda hoje, os resultados deste «desdentamento urbano».

Françoise Choay explicitou, brilhantemente, como gradualmente surgiu o, ainda hoje tão incompreendido, conceito de património urbano, considerando ser a cultura das cidades e a sua salvaguarda, um dos maiores legados da cultura europeia para o mundo (cf. Choay: 1992). Para a conceptualização deste património coletivo apontou a importância de três distintas culturas patrimoniais (de três distintos países: Inglaterra, Áustria e Itália) e de três distintos autores (Ruskin, Riegl e Giovannoni).

John Ruskin (nas *Pedras de Veneza*, ou na defesa da salvaguarda ativa de núcleos históricos de cidades como Oxford, Lucerna, Ruão, Génova, Florença, ou, até, na procura de finan-

↑

Le Corbusier, esquema de como lidar com o "problema" dos centros históricos! Maneiras de Pensar o Urbanismo, Lisboa: Europa-América, 1977.

O início da reabilitação em Lisboa: Bairro Alto.  
José Aguiar, 2014.



ciamento inglês para o restauro de Siena) e, depois, William Morris sublinharam o papel das arquiteturas anónimas e vernáculas que, ao longo de gerações, construíram a arquitetura da cidade (e do campo), ampliando, de forma decisiva, o conteúdo tipológico do próprio conceito de monumento. Ruskin defendeu a importância das partes antigas das cidades como repositório das ligações «memoriais» e identitárias com as gerações precedentes.

Depois, Camillo Sitte introduziu a noção, tão popular em Portugal da primeira metade do século xx, da cidade «histórico-artística». Sublinhou o descuro da história da arte pela «construção urbana» e procurou os fundamentos da arte de desenhar cidades mais belas.<sup>1</sup>

Para Sitte a cidade histórica era desadequada para os novos usos que se tinham de resolver na época moderna, pelo que lhe reservava o papel de museu, de contentor da cultura histórica, um *parcours architectural* para o prazer estético: i. e., a visão da cidade como um facto artístico, que introduziu, como realçou Choay, o tema da «cidade-morta», de uma «cidade-museu», ou ainda a noção, ambivalente, de «ville d'art».

Para a mesma autora foi Gustavo Giovannoni quem estruturou o conceito de «património urbano» (em *Vecchie città ed edilizia nuova*) enquadrável dentro de uma teoria urbanística ao mesmo tempo «integradora» e contemporânea. Para Giovannoni a arquitectura menor consistia, no seu conjunto, num novo tipo de «monumento» coletivo: uma cidade com valor histórico e artístico, definida pela sua arquitetura, estrutura, morfologia, paisagem e imagem urbanas, as quais deveriam ser sujeitas a leis de proteção e a critérios de restauro similares aos já existentes para os monumentos, mas beneficiada para permitir usos atualizados (e aqui antecipa o conceito moderno de reabilitação). Adivinhando o «desurbanismo», propõe para os núcleos urbanos históricos funções compatíveis e complementares das novas estruturas e escalas do planeamento moderno; do museu o património urbano é transportado para o território do quotidiano, desde que se assegurassem usos compatíveis com a escala, com o parcelário e com a particular morfotipologia dos antigos tecidos.

Giovannoni estabeleceu também algumas das principais condições, ainda contemporâneas, para que a conservação e a reapropriação dos centros históricos (CH) — na verdade deveríamos dizer «núcleos urbanos históricos» — fossem possíveis (cf. Giovannoni: 1931<sup>2</sup>): (i) a renúncia a uma vocação de centralidade única dos CH no contexto territorial, ou, no mínimo, a sua inclusão na lógica de um sistema urbanístico polinuclear; (ii) a compatibilidade dos usos atribuídos aos CH com as características da sua morfotipologia, escala e parcelamento; (iii) a supressão de edificações ou construções «parasitas» com intervenções cirúrgicas mas «de oportunidade» para revitalizar os tecidos e o funcionamento da cidade histórica (*diridamento*); (iv) na introdução de novas edificações, o respeito absoluto pela tipologia cadastral e pelos condicionamentos (volumetrias, escala, etc.) da morfologia preexistente.

Redigidas por arquitetos com visões totalmente dispares sobre o papel do património na cidade, surgem, em 1931, a Carta de Atenas do Restauro e, logo depois, em 1933, a Carta de Atenas do Urbanismo (no IV Congresso Internacional da Arquitetura Moderna). Nesta última, a cidade pré-moderna não tem futuro, recusa-se o hermetismo da rua-corredor e defende-se o *open space*. Assim, os monumentos deveriam isolar-se, rodeando-se de verde (chamam a isto «valorização»). À renovação cirúrgica de Haussmann sucede uma renovação urbana



↑  
Porto, o Barredo em 1968, fotos do relatório de Fernando Távora no Estudo de Renovação Urbana do Barredo. CM Porto, 1968.

↓  
Porto, Barredo, propostas de Fernando Távora incluídas no Estudo de Renovação Urbana do Barredo (antes e depois). CM Porto, 1968.

→  
Porto, Barredo, propostas de Fernando Távora incluídas no Estudo de Renovação Urbana do Barredo (antes e depois). CM Porto, 1968.



ampla e substitutiva baseada em demolições sistemáticas. As destruições da Segunda Guerra Mundial e a reconstrução no pós-Guerra vulgarizam, na Europa e no mundo, este modelo substitutivo moderno, que se tornou hegemónico.

No início dos anos 60 um homem também moderno, André Malraux — que leu o epitáfio de Le Corbusier —, ensaia as teses de Giovannoni publicando, em 1962, a célebre lei, que tomou o seu nome, inaugurando operações-modelo, baseadas nos *plans de sauvegarde et mise en valeur*, para a preservação de espaços urbanos de grande qualidade, considerados como património nacional da França, lançando operações de grande profundidade e vasto suporte financeiro, com forte controlo do Estado central. A Inglaterra, com as *conservation areas*, e os outros países europeus seguem modelos mais ou menos similares.

Nos anos 70 o Conselho da Europa divulgou as bases das políticas urbanas a que hoje chamamos «reabilitação integrada» (Carta Europeia do Património Arquitetónico e Declaração de Amesterdão para a Conservação Integrada, ambas de 1975), continuando ainda hoje a sua ativa promoção. Numa Europa afetada pelo desemprego, a cultura das cidades e a grande capacidade de a reabilitação gerar uma economia que necessita de homens justificam este continuado interesse e orientação.

A reabilitação, que emergiu das preocupações ligadas à conservação do património cultural, rapidamente passou a incorporar outras intenções, das ecológicas aos princípios: (i) de âmbito social, baseados na justiça social e partilha por todos das mais-valias geradas; (ii) democráticos, ao promover a descentralização e modos de participação das populações, e (iii) ambientais, com a nova preocupação com a qualidade do ambiente urbano e dos espaços públicos. A reabilitação urbana, para além da requalificação física, obriga a atuações de regeneração e de revitalização urbana que garantam uma atuação integrada ao nível sociocultural e económico (cf. Conselho da Europa: 2004; Pinho: 2009).

## Portugal e a brevíssima história da reabilitação

Em Portugal, em meados da década de 1950, surgem os primeiros «planos de melhoramento» e os «planos de embelezamento»<sup>3</sup> urbano, onde a administração central tenta orquestrar e conciliar em objetivos comuns a ação anteriormente dispersa da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), da Junta Autónoma das Estradas (JAE) e dos municípios. Criam-se as primeiras «comissões do plano de melhoramento» (por exemplo, em Alfama e Valença)<sup>4</sup>. A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), sobretudo com a criação das suas delegações regionais — algumas com grande atividade na regulação urbana, como sucedeu em Évora —, tem também um papel relevante nesses processos. Gradualmente, ampliam-se as zonas protegidas, que passam a abranger núcleos urbanos, e procura-se controlar outros impactos com a criação das «comissões de estética». Igualmente marcante para as intervenções em CH foi, a partir de 1934, o surgimento dos primeiros instrumentos reguladores como os «planos gerais de urbanização» e a criação, em 1944, da DGSU.

Paulino Montês (vogal da Junta Nacional da Educação — JNE) propõe, em 1954, uma pioneira classificação da Baixa Pombalina «como imóvel de interesse público» assim como a proteção do conjunto constituído pela Avenida da Liberdade e pelas praças dos Restauradores e do Marquês de Pombal.

Curiosamente, estas propostas são contraditadas pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), que argumenta com a incapacidade de o poder central gerir a «dinâmica construtiva» da capital e ressalvando a capacidade técnica da autarquia para poder lidar com a «proteção» deste conjunto (que só muito recentemente passou a contar com um plano de salvaguarda)!

Multiplicam-se iniciativas similares por muitas outras cidades de diversas províncias. Depois do Plano de Urbanização da Zona do Castelo (de Faria da Costa) e do 1.º Plano de Urbanização de Guimarães (de Moreira da Silva, 1953), Francisco Azeredo é nomeado, em 1955, pelo ministro Arantes e Oliveira, responsável pelo «Arranjo da zona antiga de Guimarães», e, em 1957, propõe-se a classificação desta área da cidade «onde nasceu Portugal» como imóvel de interesse público. Em Óbidos, depois do restauro das fortificações iniciado, em 1932, pela DGEMN, complementado, a partir de 1946, com o projeto de uma pousada na alcáçova, sucedem-se intervenções urbanas, tais como o calcetamento de ruas e largos e a reconstrução do alpendre do Largo do Pelourinho, ações depois continuadas pelo Município.

Paralelamente, os concursos «Aldeia mais portuguesa de Portugal» e os processos «Melhoramentos rurais» e «Colonização interna» ilustram a cautelosa importância que o Estado

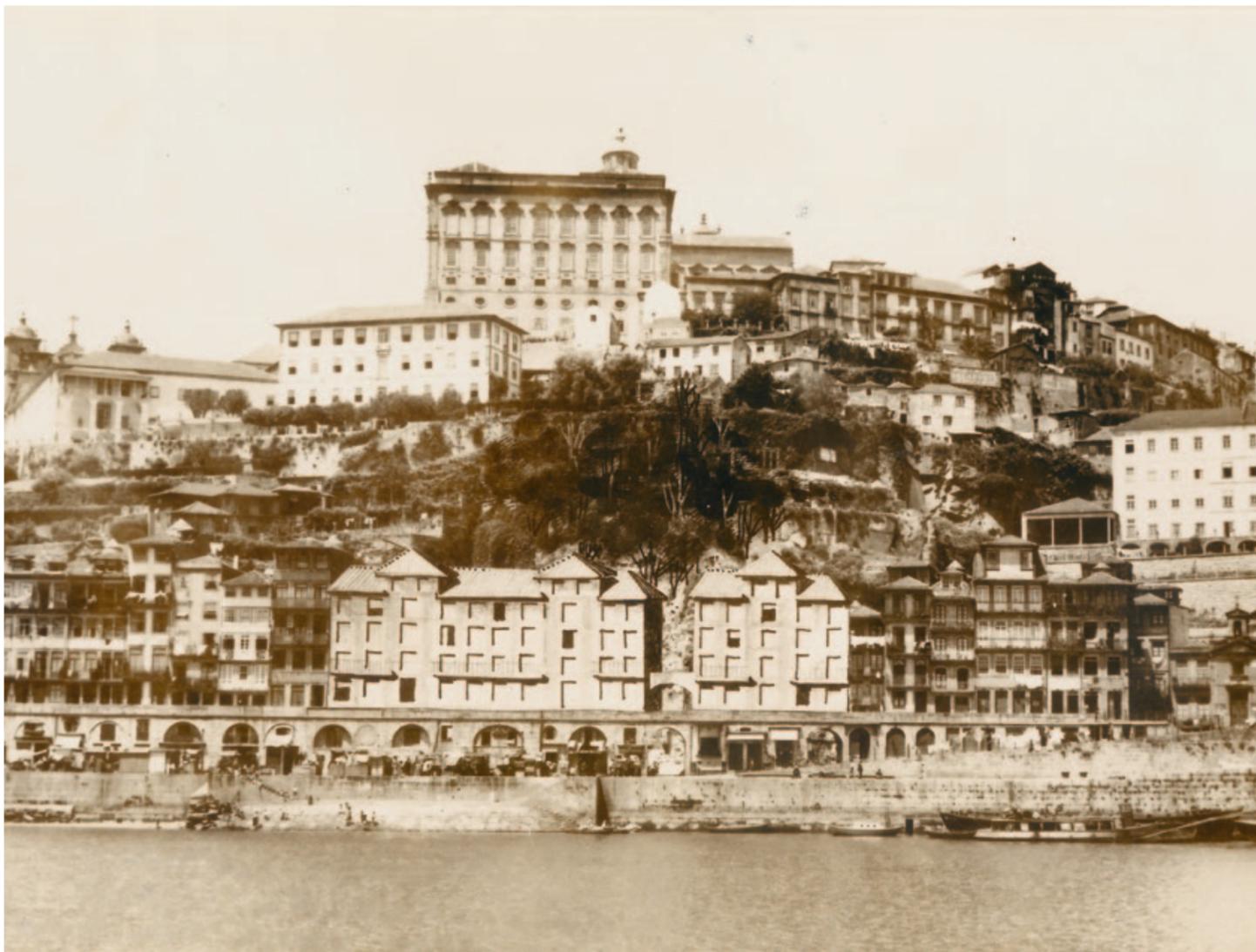


Novo, sobretudo a partir da década de 1940, atribui ao património vernáculo de um país ainda tão atrasadamente rural<sup>5</sup>.

A concretização do «Inquérito à Arquitetura Portuguesa» proposto pelo Sindicato dos Arquitetos (realizado entre 1955 e 1960), e financiado pelo ministro Arantes e Oliveira, e a reedição do precioso livro de Orlando Ribeiro, o fundamental *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (originalmente publicado em Coimbra em 1945), a gradual publicação dos estudos de antropologia cultural e etnográficos, como os desenvolvidos por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, modificam profundamente a perceção do valor do nosso património vernáculo.

Como sucedeu em outros países europeus, entre nós a década de 1960 revoluciona a importância atribuída ao património urbano, e nos anos 70 podemos arriscar dizer que estamos já na vanguarda da Europa!

Realizam-se nos anos 60 encontros sobre urbanismo com a presença dos melhores especialistas mundiais, e em 1968 cria-se, dentro da DGSU, o pioneiro Serviço de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana e os Serviços de Ordenamento da Paisagem Rural, o que demonstra a proximidade com as teses



←

Porto, o Barredo em 1968, fotos do relatório de Fernando Távora no Estudo de Renovação Urbana do Barredo. CM Porto, 1968.

↙

Porto, Barredo, propostas de Fernando Távora incluídas no Estudo de Renovação Urbana do Barredo (antes e depois). CM Porto, 1968.

de Gordon Cullen e Kevin Lynch. Destes serviços saíram alguns dos técnicos que, na Divisão de Estudos de Renovação Urbana da nova Direção-Geral do Planeamento Urbanístico (DGPU) (sucédanea da DGSU), irão, a partir de 1985, criar o inovador «programa de reabilitação urbana», dos célebres gabinetes técnicos locais (cf. Pinho: 2009).

No Algarve, o arquiteto Cabeça Padrão (da DGSU) desenvolveu inovadores «estudos de prospeção e defesa da paisagem urbana do Algarve», concretizados entre 1965 e 1970. A ideia essencial destes estudos consistia em delimitar núcleos urbanos e vernaculares do Algarve com relevante valor enquanto património, para os salvaguardar dos processos de demolição provocados pela forte renovação urbana que já se iniciara. Dos cerca de 50 volumes previstos produziram-se 31, estudos que depois foram esquecidos nos arquivos da administração central, o que facilitou imensamente o sistemático desmantelamento do património urbano e vernacular do Algarve, no fim das décadas de 1970 e de 1980.

Ainda nos finais da década de 1960, em Lisboa, importa destacar o pioneirismo do (ainda recentemente publicado) Es-

tudo das zonas ou unidades urbanas de carácter histórico-artístico, da autoria de José-Augusto França, encomendado pelo Município, em 1967, onde se propõem delimitações e «zonas privilegiadas para preservação» a estabelecer através do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, procurando salvaguardar diferenciados núcleos de arquitetura do pombalismo, integrados num vasto programa de reabilitação da arquitetura iluminista do pós-terramoto de 1755.

Nos finais desta década surge um dos mais relevantes contributos para a breve história da «nossa» (e não só nossa) reabilitação urbana, um primeiro modelo de conservação do património urbano desenvolvido numa perspetiva integrada, interdisciplinar, onde a consideração dos valores históricos e artísticos se reconcilia com as suas fundamentações sociais: o *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*<sup>6</sup>, desenvolvido pelo arquiteto Fernando Távora, em 1969.

O estudo de Távora para o Barredo antecipa soluções e princípios de intervenção muito similares aos adotados em 1969 para o CH de Bolonha, em Itália (cf. Cervellati e Scannavini: 1973). Távora propõe um novo designio, a que chamaríamos hoje «uma reabilitação cautelosa, socialmente atenta e passível de poder ser alargada a outras partes da cidade» do Porto, recusando a demolição sistemática deste bairro insalubre para a sua «refundação moderna» (eis um paradoxo: um bairro que nos anos 50 teve a sua demolição prevista e que merece hoje a distinção de estar inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO).

Associando a ação física à intervenção social, relevando a importância dos processos participativos, o cuidado na conservação do que tem valor, conciliada com a necessidade de beneficiar, de permitir condições para vidas contemporâneas, Távora propõe um «continuar-inovando»<sup>7</sup>, que introduz entre nós, na prática, os princípios da reabilitação integrada!

### Na reabilitação, less is more, and not bore!

A Revolução de Abril, ao permitir a descentralização e ao criar um novo e amplíssimo poder para os municípios, abre novos caminhos a estes processos de génese local e participativa – com o movimento SAAL, iniciado por Nuno Portas, depois amplificado pelos gabinetes de apoio técnico (GAT) e os gabinetes técnicos locais (GTL), o sonho e a teoria tornam-se práxis. Por iniciativa central, cria-se em outubro de 1974, no Porto, o Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (CRUARB), tendo como comissário o arquiteto Jorge Guimarães Gigante, que prossegue os anteriores objetivos propostos por Távora.

E assim se inicia a particular experiência portuguesa de reabilitação urbana integrada, baseada numa gestão social e participada dos «centros históricos», depois recorrendo aos GTL, surgidos no quadro do «programa de reabilitação urbana» (PRU), depois de 1987 designado «programa de recuperação de áreas degradadas» (PRAUD), a partir do qual nasceram muitos dos «gabinetes de centros históricos» que em diversas cidades lhes sucederam, tornando-se durante duas décadas uma prática de referência.

Sem sofrer as destruições urbanas da Segunda Guerra Mundial, Portugal, nas últimas duas décadas do século xx, está a par da vanguarda mundial no que se refere a processos de reabilitação urbana integrada e abre-se também ao mundo, sendo pioneiro em alguns dos domínios de inscrição de bens na Lista do Património Mundial, que se inicia com os monu-





mentos (Convento de Cristo, em Tomar; Mosteiro da Batalha; Mosteiro de Alcobaça; Mosteiro do Jerónimos e Torre de Belém, em Lisboa), estendendo-se depois a conjuntos e «cidades históricas» (Évora, Angra do Heroísmo, Porto, Guimarães, Elvas e as suas fortificações, agora a Universidade de Coimbra), às paisagens culturais (Alto Douro Vinhateiro; Floresta Laurissilva da Madeira; Paisagem Cultural de Sintra, Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico) e os sítios arqueológicos, como o Parque Arqueológico do Vale do Côa (agora incluindo o Sítio Arqueológico de Siega Verde, Espanha).

Tanto Guimarães como o Porto, aqui sobretudo entre 1998 e 2001, quando acolheu uma Capital Europeia da Cultura, introduzem novos capítulos, hoje verdadeiramente fulcrais, para os processos de reabilitação contemporâneos: a requalificação do espaço público, o cuidadoso (re)desenho de ruas e praças, a melhoria das circulações, a regulação dos estacionamento e das acessibilidades ao (e no) centro histórico! No Norte verificamos a sucessão de extraordinários projetos de reabilitação urbana produzidos por um grupo notável de arquitetos, ciclo iniciado com a reformulação dos espaços públicos que se estendem da Foz ao Barredo, com projeto de Manuel Fernandes de Sá (em 1998), continuado com o projeto da Avenida Marginal do Parque da Cidade, desenvolvido por Manuel de Solà-Morales (2001).

Paralelamente desenvolvem-se os projetos de requalificação dos espaços públicos centrais das diversas zonas abrangidas pela iniciativa «Porto Capital da Cultura 2001», processo que foi coordenado pelo Professor Manuel Correia Fernandes e que abrangeu projetos: para a zona leste, Praça da Batalha, do arquiteto Adalberto Dias (em conjunto com Fernando Távora na reformulação da Praça da Batalha); zona leste, Praça D. João I, do Atelier 15, arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez; zona oeste, Praça dos Leões, com desenho dos arquitetos Mercês Vieira e Camilo Cortesão; e, por fim, da zona oeste, Praça de Carlos Alberto, do arquiteto Virgínio Moutinho. Importa acrescentar a estes a reformulação do Aeroporto e o desenho de uma lindíssima rede de metro desenhada por Eduardo Souto de Moura, onde as suas estações se tornam os novos grandes temas, as novas catedrais, da arquitetura do nosso tempo (como a Estação de São Bento, de Álvaro Siza).

A integração conceptual dos princípios da conservação da natureza com a conservação das paisagens culturais (que passam, a partir de 1992, a merecer critérios de inscrição conjuntos na Lista da UNESCO) e o estabelecimento da Convenção Europeia da Paisagem, em 2000 (ratificada por Portugal em 2005), alargou o olhar da conservação sobre todo o território, iniciando-se paralelamente o processo de produção de referentes para o problema, cada vez mais intenso, da regulação da paisagem urbana histórica. Recentemente a UNESCO produziu, em 2011, umas primeiras Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana, e o ICOMOS prepara as bases de uma futura carta sobre uma das questões que mais têm afetado a relação entre a conservação do património urbano e o plane-

amento físico das cidades, face às colisões e confrontos, de escala a problemas de relação contextual; veja-se entre nós o caso dos «pedidos de informação prévia» — um instrumento completamente desadequado para gerir a transformação de património urbano — propostos e contestados para a Colina de Santana, em Lisboa.

A refundação do ICOMOS-Portugal permitiu começar a desenhar as bases de um novo capítulo, o início da colaboração com outros países para conseguir uma mais efetiva salvaguarda do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa (sendo aqui fulcral a criação em Coimbra da rede World Heritage Portuguese Origin — WHPO), ampliação continuada, mais recentemente, pela publicação de um sistemático inventário do *Património de origem portuguesa no Mundo*, editado a partir de 2010 pela Gulbenkian.

Na transição do milénio nem tudo foi positivo, e importa constatar a amnésia propositadamente lançada sobre as práticas e os resultados de duas décadas de experiências de reabilitação urbana integrada ao nível autárquico, promovendo-se um gigantesco retrocesso conceptual: a sistemática extinção dos gabinetes de centros históricos dos municípios e sua substituição pela ação mais atomizada e atualmente predominante (hoje quase exclusiva) das sociedades de reabilitação urbana (SRU), processos que deveriam ser estudados em todas as suas dimensões e, sobretudo, cuidadosamente avaliados. Apesar dessa predominância conseguiram sobreviver, em alguns municípios, outras formas mais cautelosas e participadas de atuar, de um «caminhar e medir», como o antigo GTL de Guimarães, que foi dirigido durante décadas pela arquiteta Alexandra Gesta, e que se tornou o exemplo (nacional e internacional) das boas práticas da conservação e reabilitação de património urbano dos finais do século xx e inícios do novo milénio.

### Problemas de hoje: novas formas de segregação ou o consumismo como cultura

Depois de destruímos o território e as periferias com processos desregulados de expansão urbana, o regresso ao centro das cidades e a densificação urbana tornaram-se hoje os temas da moda: a reabilitação — na verdade dezenas de anos depois de ela já se ter iniciado entre nós — tornou-se a grande descoberta política. O drama é que esta «nova» reabilitação, tão amplamente proposta, na sua ideologia e fundamentação política, é bem distinta daquela pela qual começamos a lutar depois do fim do moderno.

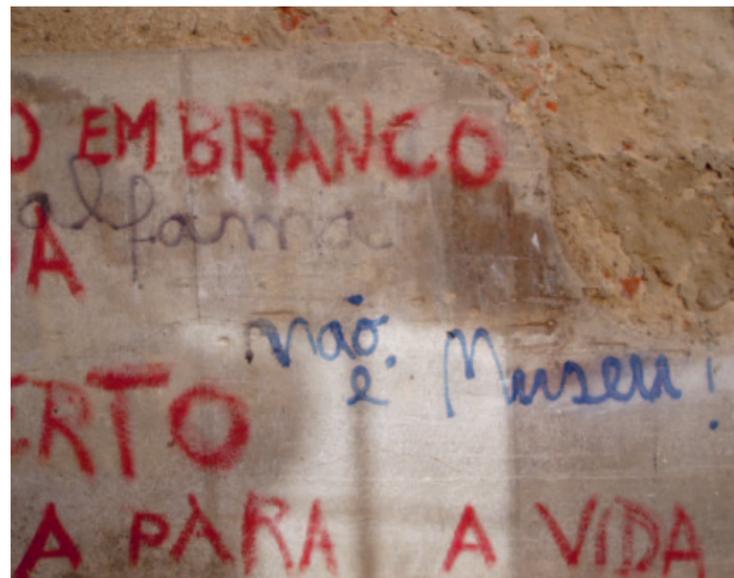
O País sabe hoje como construir no (e com o) já construído. As universidades e os centros de ciência resolveram os principais problemas de conhecimento (temos hoje alguns dos melhores cientistas mundiais na conservação), criámos pós-graduações ao melhor nível (temos cursos de formação de base e de especialização de excelência); as empresas organizaram-se em grémios e as corporações definiram colégios de especialidade; fundámos novas disciplinas de síntese (como a Conservação, ou a Arqueologia da Arquitetura), e surgiram até novas profissões, como a de conservador-restaurador.

No momento em que se resolveram os grandes obstáculos do conhecimento, quando se definem novos tipos de planos urbanísticos de quarta geração, como o PDM de Lisboa, onde a reabilitação (aparentemente) deveria ser a regra (porém, no que se refere à Colina de Santana este conceito ainda não foi aplicado na prática), quase todas as condições parecem reu-

→

Lisboa, Alfama, o turismo não é sempre bom!  
José Aguiar, 2002.

Lisboa, Alfama não é museu!  
José Aguiar, 2002.



nidas para a reabilitação se tornar o novo paradigma da nossa cultura construtiva. Mas o que efetivamente hoje se promove como «reabilitação» está muito longe de corresponder ao seu significado, conformando uma gigantesca fraude.

Desenhar diretrizes internacionais para lidar com a conservação de património e promover a reabilitação urbana demorou o seu tempo. Quando se fundou o ICOMOS e se redigiu a Carta de Conservação e Restauro de Veneza, em 1964, previa-se um documento orientador para a intervenção em cidades históricas, o qual só surgiu muito depois, já em 1987, com a Carta de Washington — Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Algumas contradições e incoerências desta carta provocaram a — ainda relativamente recente — redação de uma nova carta aprovada em Paris, em 2011 — Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e a Gestão das Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos.

Nesta nova Carta, os valores a preservar no património urbano são (em tradução livre e com itálicos nossos): «1 — [a] *autenticidade e a integridade das cidades históricas* [...] o caráter histórico da cidade e o conjunto dos elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial: a — *a forma urbana definida pela trama, o parcelário, os espaços verdes e relações entre os diversos espaços urbanos: espaços construídos, espaços livres, espaços planeados*; b — *a forma e o aspeto dos edifícios (interior e exterior) tal como são definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração*; c — as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem; d — as diferentes funções que a cidade adquiriu ao longo do tempo; e — as tradições culturais, técnicas tradicionais, o espírito dos lugares e tudo o que contribui para a identidade de um lugar; 2 — as relações que existem entre o sítio na sua totalidade, as suas partes constituintes, o seu contexto e as partes que formam esse contexto; 3 — [o] *tecido social, a diversidade cultural*; 4 — [o]s materiais não renováveis, minimizando o seu consumo e estimulando a sua reutilização e reciclagem.» A mesma Carta de La Valletta, no que se refere à introdução de arquitetura contemporânea na cidade histórica, defende que se devem «[...] respeitar os valores do lugar e da sua envolvente. [...] O respeito dos valores, modelos e estratos históricos deve inspirar as intervenções arquiteturais apropriadas às suas condições espaciais,

visuais, imateriais, funcionais. [...] Independentemente dos estilos e modos de expressão, toda a nova arquitetura deve evitar os efeitos negativos dos contrastes drásticos ou excessivos, a fragmentação e interrupção da continuidade do tecido urbano.»<sup>8</sup>

As sutilezas das variações nas redações, a gincana da evolução do pensamento internacional no que se refere à conservação do património urbano, os continuados reforços de sublinhados, apontam alguns dos principais problemas que agora, no novo milénio, também enfrentamos.

Vivemos no «tempo em que a cultura se tornou consumo e o consumo uma cultura» (Santos: 2010), como sublinhou Boaventura Sousa Santos, e onde o discurso anti-Estado capturou o próprio Estado, conduzindo-o — obviamente também na cultura e na conservação — para o serviço de grandes grupos económicos privados (cf. Santos: 2010). Como em outros países, nasceu em Portugal aquilo que Rivera Blanco classificou como «um avassalador consumo patrimonial» (Blanco: 2001). A ideologia económica que guia os poderes dominantes, aqui e na Europa, defende a exploração do património cultural como qualquer outro recurso, um mero bem de consumo, dando lugar a uma nova e massiva indústria que explora as experiências do passado, com a conseqüente perda da identidade coletiva que se segue.

Em vez de políticas que promovam uma desejável heterogeneidade funcional, correspondendo ao novo ideal de poder viver, trabalhar e recriar-se na mesma cidade e bairro (cf. Nova Carta de Atenas do Urbanismo, de 2003), a expulsão do trabalho para a periferia e a excessiva promoção de habitação no centro — sobretudo de hotéis no centro do centro — que estamos a verificar em cidades como Lisboa (no quadro do atual PDM) estão a conduzir a um novo tipo de segregação funcional que acentua novos fenómenos de guetização funcional e social. Estude-se, por exemplo, o que hoje sucede com instituições como a Ar.Co., que desenvolveu um trabalho notável de integração na Colina do Castelo, da qual hoje tem de sair, fundamentalmente devido a restrições de acesso e de transporte, estabelecidas pela empresa pública EMEL, e que interdita na prática o afluxo de novos alunos<sup>9</sup>. O caso da Colina de Santana, onde se pretende retirar a cultura e a economia da Medicina para propor uma monofuncionalidade habitacional com novas

construções anulando as últimas cercas ainda existentes dos antigos conventos hospitalares, é outro exemplo da perversão destes processos ditos de «reabilitação».

Ainda no centro, a economia liberal conjugou-se com o fetichismo patrimonial para promover os «centros históricos» como novas Disneylândias, i. e., a reabilitação do património urbano orientada para criar parques temáticos destinados ao consumo hedonista de um turismo massificado: o património tornou-se uma apressada alternativa ao cinzento de um mundo cada vez mais monossómico, escreveu Choay, em 2005, provocando o que alguns consideram ser verdadeiros «*terramotourism*»<sup>10</sup>. Se antes os residentes da classe média e os mais desfavorecidos não podiam competir com os bancos no acesso aos locais centrais, algo de similar se passa agora na impossibilidade de competirem com as empresas hoteleiras ou com os condomínios de luxo.

Na gestão do património, têm hoje também reflexos profundos os novos fenómenos da mundialização, de normalização mediática, de globalização e forçada amnésia que se associam a uma efetiva perda do direito à cidade (cf. Lefebvre: 1968). A crise económica acelerou, entre nós, processos de expulsão social (*gentrification*), que, associados à rapidíssima liberalização das rendas, estão ativamente a repelir os mais desfavorecidos dos «centros históricos», surgindo novos fenómenos de segregação (áreas destinadas a turistas e conjuntos que se tornam locais de uma *griffe* reservada).

Vulgarizaram-se as limitações do acesso aos monumentos nacionais e a imóveis de interesse público, entregues à gestão de entidades privadas sem que se garanta o acesso (tendencialmente gratuito) dos cidadãos nacionais, património convertido a usos privados e turísticos sem garantir a reversibilidade das operações efetuadas. O que levanta a questão: se um monumento classificado é essencial para a nossa identidade enquanto portugueses, como podemos aceitar exclusões tão extensivas ao nosso direito de usufruto e de acesso à cultura? Não estará a nossa Constituição em causa? A clara vontade da facilitação extrema deste novo consumismo levou à proposta de se retirar o património da dominialidade pública, felizmente anulada *in extremis*, depois de uma grande mobilização das organizações patrimoniais.

Outro dos sinais desta sistemática entrega do património-

nio a interesses demasiado privados é o desguarnecimento das instituições responsáveis no campo da cultura e a sua suborçamentação, com redução brutal do tempo para decisões fulcrais e, ainda mais, do próprio número de técnicos, o que afeta muitíssimo a qualidade dos serviços. Mais grave ainda é a constante desautorização técnica dos serviços responsáveis pelos responsáveis políticos diretos, i. e. multiplicaram-se, na última década, decisões políticas sobre conservação tomadas contra a fundamentação aduzida pelos organismos e técnicos da mesma tutela. É um triste exemplo desta desautorização o caso das Cardosas, denunciado pelo ICOMOS em 2012: os serviços regionais da Cultura do Norte invalidaram as demolições propostas no projeto das Cardosas e foram depois desautorizados pela direção política central<sup>11</sup>; ao contrário do que foi então divulgado publicamente, deste projeto não foi dado conhecimento prévio à UNESCO e não se obteve a sua validação, factos que o ICOMOS-Portugal confirmou depois da sua denúncia à UNESCO (cf. ICOMOS: 2013).

### A explosão do fachadismo em vez da cuidadosa reabilitação da arquitetura da cidade

Antes da fase SRU e com a exceção do Porto, onde a intervenção à escala do grande «quartirão-edifício-projeto» era já, infelizmente, a prática mais corrente, as reabilitações desenvolvidas pelas nossas autarquias desenvolviam-se de acordo com um modelo socialmente mais cauteloso, o mais defendido conceptual e teoricamente (i. e., no quadro da doutrina internacionalmente aceite). Por todo o país atuava-se lote a lote, casa a casa. Reabilitava-se para manter quem residia nos centros históricos, a reabilitação não era pretexto para o expulsar da cidade! Os processos de governança eram adequados: atuava-se *bottom-up* e com participação dos residentes (por isso se situavam no próprio «local do crime» os gabinetes dos centros históricos) e não *top-down*, como sucede hoje na fase das SRU!

A evolução do pensamento tecnológico, pautado por uma verdadeira revolução na capacidade e nas formas de a engenharia civil lidar com as anomalias das antigas construções e, sobretudo, na aceitação do valor da cultura construtiva como um dos primordiais valores da própria arquitetura (lembramos das Recomendações ISCARSAH-ICOMOS<sup>12</sup> sobre a intervenção em estruturas), permitiu-nos desenvolver soluções mínimas e pouco intrusivas e novas metodologias de atuação de reparação e reforço estrutural (cf. ICOMOS: 2003).

Estas atuações garantiam a preservação da cultura da construção e, sobretudo, do sistema de parcelamento, enquanto um dos elementos essenciais da arquitetura da cidade. Para além obviamente dos grandes monumentos carregados de arte e história, as parcelas, no seu ritmo fundador fundiário, são os elementos que estruturam a forma, a imagem, as possibilidades concretas nos usos e de vida urbana.

A cidade e as arquiteturas antigas são palimpsestos e contêm dentro de si estratos, sedimentos, testemunhos dos diversos tempos, registando permanências de longo prazo ou alterações e lacunas produto de cataclismos ou da ação do homem, que a arqueologia urbana estuda e esclarece.

Para além do sistema de espaços públicos, dos traçados, das morfologias, o parcelário corresponde a diversas tipologias edificatórias, que foram constantemente adaptadas para per-

mitirem a vida ao longo dos tempos.

Sendo tão importante para a conservação urbana, os mais reconhecidos planos de salvaguarda lidam muito atentamente com a questão do parcelário: os Franceses fazem dos planos de ocupação do solo, da gestão da edificabilidade parcela a parcela, a base da sua política de salvaguarda; os Espanhóis estabelecem, como sucedeu em Santiago de Compostela, a permanência desta arquitetura da cidade fundada no sistema de parcelamento, a base do essencial das ações de regulação em projeto.

Guimarães é uma das poucas cidades portuguesas que têm mantido de forma extensiva e coerente estas boas práticas, de atuar de acordo com os princípios da intervenção mínima e casa a casa, recorrendo a um desenho atento às singularidades patrimoniais mas também criativo, de uma arquitetura que constrói sabiamente no (e com o) já construído, e integrando uma lúcida contemporaneidade, evitando o reparcelamento e os realojamentos sistemáticos.

A necessidade de manter a parcela salvaguarda as arquiteturas dos diversos tempos que as ocupam: um lote gótico não é um lote pombalino, e há uma correspondência direta entre estes sistemas de partição do solo urbano e os sistemas construtivos e espaciais, na permanência da singular economia construtiva de cada uma dessas distintas épocas. Nasce daqui a necessidade, verdadeiramente vital em reabilitação, de adequar os programas de usos previstos às específicas características morfotipológicas e construtivas das preexistências: não é o edifício antigo que se adequa ao programa, é o programa que se adequa ao imperativo de salvaguardar os valores patrimoniais!

A transformação cautelosa do edificado preexistente é considerada a única fórmula adequada à manutenção da autenticidade e integridade patrimoniais e sua adequação às novas formas de uso e de procura que hoje estão a ocorrer. O mercado, hoje, procura tipologias bem diversas daquelas maciçamente produzidas pela falida indústria da nova construção, há novos residentes que podem verdadeiramente dar azo à regeneração social e à revitalização económica «criativa» (utilizando os chavões da moda).

A alteração da tipologia fundiária num CH introduz pressões nos usos que o sistema urbano (ruas apertadas, circulações restritas) não consegue resolver, e inicia-se um processo caótico marcado por uma excessiva rapidez na mudança (que afeta o fulcral *stabilitas loci*).

A reanexação cadastral e o fachadismo (i. e., a sistemática demolição do interior dos lotes para os renovar com novas construções ocultas pelas antigas fachadas) são, nestas boas práticas, uma absoluta exceção. Mas hoje em Portugal, nas nossas principais cidades, como o Porto e Lisboa, essa exceção tornou-se regra e, mais do que isso, é proposta pelo imobiliário como o modelo desejável a seguir!

O fachadismo destrói os valores espaciais, anula os valores artísticos e construtivos presentes no interior dos edifícios antigos, oblitera o valor dos edifícios como documentos e produto de arte urbana, da arte arquitetónica e da arte de construir. Acresce a tristeza de que o fachadismo impede a possibilidade de, em lotes onde a materialidade original de edifícios anteriores desapareceu, poderem surgir novas arquiteturas dignas de terem um rosto, impedindo perversamente qualquer possibilidade de expressão urbana do nosso tempo.

No entanto, a reabilitação que na verdade é uma descarada renovação travestida de fachadismo está, exatamente

neste preciso momento, a ser proposta como o modelo de referência para Portugal. Há cerca de um mês, precedido por um jantar de gala na muito particular Sala do Risco, no Pátio da Galé, no Terreiro do Paço, em Lisboa, com a presença de altos responsáveis políticos (um ministro e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa), para distinguir os melhores projetos de «reabilitação» foi entregue um «Prémio nacional de reabilitação urbana 2014» atribuído ao Passeio das Cardosas, no Porto, aí considerada como o melhor exemplo de intervenção reabilitadora para uso residencial do ano. A notícia correu célere, a televisão, os *media* digitais e os poucos jornais impressos que restam deram-lhe grande destaque.

Em nenhuma dessas notícias sobre este publicitado prémio se disse que, sendo um prémio de projeto, do júri não



faziam parte a Ordem dos Arquitetos nem a Ordem dos Engenheiros, que nem o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (órgão público com competências específicas neste domínio) nem a Secretaria de Estado da Cultura (órgão de tutoria nas questões do património) designaram representantes seus. Em nenhuma notícia se revelou que na verdade se tratava de um prémio do imobiliário, avaliado por um júri de não especialistas onde apenas um dos membros possui conhecimentos científicos e disciplinares relevantes em reabilitação.

Em nenhum momento desta «festa» se divulgou que o ICOMOS-Portugal — ONG consultativa da UNESCO para as questões referentes à salvaguarda do património mundial — tinha apresentado, em abril de 2012, um relatório preocupante sobre o Passeio das Cardosas e pedido a urgente intervenção da UNESCO, para uma avaliação independente que ainda conseguisse minorar os danos causados com este projeto.

Nesse relatório, o ICOMOS denunciou irregularidades graves que considerou afetarem decisivamente a autenticidade e a integridade do valor universal excepcional atribuído ao CH do Porto, sobretudo devido ao fachadismo dos projetos das Cardosas e às demolições maciças do interior de todo um quarteirão e de diversos edifícios antigos situados dentro da zona classificada de proteção integral, aprovada pela UNESCO<sup>13</sup>. E, para não me alongar em excesso, cito apenas o parágrafo conclusivo desse relatório ICOMOS-Portugal de 2012, depois também objeto de um encontro no Porto (ICOMOS-Portugal:

2013) de onde saiu uma importante declaração sobre as nossas más práticas de reabilitação urbana<sup>14</sup>: «Le cas du Centre Historique de Porto est l'un de ceux qui actuellement présentent les plus grands problèmes en ce qui concerne la perte de valeurs d'authenticité et d'intégrité ainsi que progressivement de la valeur universelle exceptionnelle attribuée par le Comité du Patrimoine Mondial de l'UNESCO en 1997. La manière comme le Bien est géré et la vision exclusivement économiciste et une politique du fachadisme qui préside sa gestion nous permet de nous inquiéter pour sa conservation future.»

A reabilitação foi como um sonho do qual acordamos para um pesadelo. Um sonho ecológico, culturalmente atento à qualidade dos lugares e das memórias, numa procura identitária onde descobríamos um novo desenho, de um construir no (e com o) construído, entre a cautelosa cautela e o (subtil ou ostensivo) atrevimento poético; e sai-

-nos na sorte a desonestidade do fachadismo, o sistemático roubo identitário para criar artificiais parques temáticos, que se multiplicam, justificando o mais despudorado processo de segregação social de que há memória, num Estado conduzido para o serviço, satisfação e enriquecimento de grupos privados (cf. Santos: 2010).

Guimarães ainda resiste (até quando?); em Évora renasce a esperança; no Porto, apesar das Cardosas, parecem surgir outras vias (é hoje vereador responsável pelo Urbanismo um grande arquiteto e um grande Professor de Arquitetura); em Lisboa outro(a) s vereadore(a)s que também são arquiteto(a)s conseguiram suspender o processo de renovação acelerada da Colina de Santana e promoveram a ideia, lançada pelo ICOMOS-Portugal (em sessão da Assembleia Municipal de 11 de fevereiro de 2014), de candidatar os vários núcleos históricos do centro — da única cidade capital da



←  
Guimarães: Praça de Santiago, antes e depois.  
Arq.ª Alexandra Gesta, CM Guimarães 1970 / José Aguiar, 2007.



↑

**Guimarães: Reabilitar a cidade é projectar com (e para) a sua população.**

José Aguiar, 2006.

Europa onde ainda subsistem pedaços da cidade islâmica, da cidade de Quinhentos ou da do Iluminismo — a inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO. Se estas lutas pela cidade são sinais de vida... então há esperança!

A reabilitação dos lugares obriga a uma cuidadosa orquestração de interesses, a sustentabilidade do restauro físico depende da garantia de usos contemporâneos, obriga à integração de olhares e perspetivas, exige novas formas de governança baseadas na participação, para que seja possível uma vida coletiva. Se política urbana é a expressão de uma vontade de cidade, se entendemos as cidades como a ideal comunidade dos homens, então o centro tem de ser de todos, dos do centro mas também dos da periferia. Se a reabilitação obriga à integração de ações físicas com políticas sociais e económicas ligadas a processos de regeneração e revitalização urbana (cf. Conselho da Europa: 2004), numa restituição da cidade à estima pública (cf. Pereira: 1987), então devemos privilegiar processos de heterogeneidade, de miscigenação, que evitam a exclusão sociourbanística, e garantindo que «o direito à cidade é o direito à diferença» (Lefebvre: 1968; Guerra: 2007).

## BIBLIOGRAFIA

AA. VV. — *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

AGUIAR, J. — Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico (1964-1980)». *100 Anos de Património, Memória e Identidade. Porto Património Mundial: Boas práticas em reabilitação urbana. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, 2010, pp. 219-237.

\_\_\_\_; RIBEIRO, V.; REIMÃO COSTA, M. — «Reabilitar a Reabilitação e Continuar Inovando. Lições dos anos sessenta: Cabeça Padrão, José-Augusto França e Fernando Távora». In *Homeland*, jornal da Participação Portuguesa na Bienal de Veneza, 2014 (no prelo).

AMENDOEIRA, A. P. — Porto Património Mundial: entre as Cardosas e a Reabilitação. Cidades históricas em tempos sombrios. *Seminário Porto Património Mundial: Boas práticas em reabilitação urbana*. ICOMOS, Porto, 25 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.icomos.pt/images/pdfs/ANP.pdf>. Consultado em 26 de abril de 2014.

BLANCO, J. R. — *De varia restauratione. Teoria e historia da la*

*restauración arquitectónica*. Valladolid: Editorial América Ibérica, 2001.

CABEÇA PADRÃO, J., et al. — *Prospecção, preservação e recuperação de elementos urbanísticos e arquitectónicos notáveis, em áreas urbanas e marginais viárias, na região do Algarve*. Lisboa: DGSU, 1965-1970, 21 vols.

COSTA, A. A. — Identidade nacional e património construído — arquitetura, cidade e território. Conferência de abertura das comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, 18 de abril de 2009. Encontro: *O Património e a Ciência!*. Coimbra: Universidade de Coimbra/ICOMOS-Portugal/PPCULT/IGESPAR, 2009. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/2009/AAC2009Identidadenacionalepatrimonio.pdf>. Consultado em 14 de maio de 2014.

\_\_\_\_; BRANDÃO, A. S. — *A Requalificação da Baixa Portuense — uma oportunidade para o Porto, em 2001*. Dissertação elaborada no âmbito do Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, FAUP. FEUP (Orientação do professor catedrático Manuel Fernandes de Sá). Porto: FAUP/FEUP, 2009.

CERVELLATI, P. L.; SCANNAVINI, Roberto (eds.) — *Bologna: política e metodologia del restauro nei centri storici*. Bologna: Il Mulino, 1973.

CHOAY, F. — *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

\_\_\_\_ — *Património e mundialização: Problemáticas e estratégias*. 2.ª ed. Évora: Licorne-CHAIA, 2005.

CONSELHO DA EUROPA — *Guidance on Urban Rehabilitation*. Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2004.

CUSTÓDIO, J. — *Renascença artística» e práticas de conservação e restauro arquitectónico em portugal durante a 1.ª República*. Tese de Doutoramento em Arquitectura. Évora: Universidade de Évora, 2009 (policop.).

FERRÃO, B.; FERRÃO AFONSO, J. — A Evolução da Forma Urbana de Guimarães e a Criação do seu Património Edificado. *Dossier de candidatura de Guimarães a Património Mundial*. Disponível em [http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer\\_file/document/799/470409.pdf](http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/799/470409.pdf). Consultado em 24 de abril de 2014.

FRANÇA, J.-A. — *Estudo das zonas ou unidades urbanas de carácter histórico-artístico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013 [1.ª ed.: Lisboa, CML, 1967].

GIOVANNONI, G. — *Città vecchia ed edilizia nuova. Nuova Antologia*. Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1931 [ed. or., Milão, 1913]. [Trad.: cf. KÜHL: 2013.]

GRANDE, N. — Do Património Mundial ao Património Local. A Cidade e o Território em mudança: o lugar do Património. *Conferência no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Museu de Antropologia, Lisboa*, 28 de abril de 2012. Lisboa: ICOMOS-Portugal, 2012 (policop.).

GUERRA, I. — Um olhar sobre a cidade: Perspetiva sociológica da reabilitação urbana. *Encontro Reabilitação urbana: limites e potencialidades*, 18 e 19 de março, Setúbal: Ordem dos Arquitectos e Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 2007 (*handout* policop.).

ICOMOS — *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico*. Princípios aprovados durante a 14.ª Assembleia Geral do ICOMOS em Victoria Falls, Zimbabué, outubro de 2003. Trad. Paulo Lourenço e Daniel Oliveira. Disponível em [http://www.civil.uminho.pt/masonry/Publications/Recomendacoes\\_ICOMOS.pdf](http://www.civil.uminho.pt/masonry/Publications/Recomendacoes_ICOMOS.pdf). Consultado em 29 de abril de 2014.

\_\_\_\_ — *Principes de La Valette pour la sauvegarde et la gestion des villes et ensembles urbains historiques*. [Princípios de La Valette para a Salvaguarda e a Gestão das Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos.] Paris: ICOMOS, 2011. Disponível em [http://www.international.icomos.org/Paris2011/GA2011\\_CIVVIH\\_text\\_EN\\_FR\\_final\\_20120110.pdf](http://www.international.icomos.org/Paris2011/GA2011_CIVVIH_text_EN_FR_final_20120110.pdf). Consultado em 24 de abril de 2014.

ICOMOS-Portugal — *Declaração do Porto: um olhar de hoje sobre as dinâmicas da conservação e reabilitação de cidades históricas*.

Seminário *Porto Património Mundial: Boas práticas em reabilitação urbana*. Porto, 25 de Outubro de 2013. Porto: ICOMOS, 2013. Disponível em: <http://www.icomos.pt/images/pdfs/dec25.10.pdf> (acedido em: 26 de Abril de 2014).

\_\_\_\_ — *Rapport du Comité Portugais de l'ICOMOS sur l'intervention au quartier « das Cardosas » dans le centre historique de la ville de Porto au Portugal, Patrimoine Mondial de l'UNESCO*, 7 de Abril 2012. Lisboa: ICOMOS-Portugal, 2012 (policopiado).

KÜHL, B. M. (org.) — *Gustavo Giovannoni. Textos escolhidos*. São Paulo: Ateliê Editorial, col. «Artes&Ofícios», 2013. [Cf. GIOVANNONI: 1931.]

LEFEBVRE, H. — *Le droit à la ville*. Paris: Seuil, 1968.

NETO, M. J. B. — *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001.

PEREIRA, M. L. V. — *Reabilitar o urbano ou como restituir a cidade à estima pública*. Lisboa: LNEC, 1987.

PINHO, A. — *A prática dos Gabinetes Técnicos Locais na Reabilitação Urbana*. Tese de doutoramento em Urbanismo (orientação de José Aguiar e João Cabral). Lisboa: FAUTL, 2009.

RIBEIRO, O. — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. 2.ª e 3.ª ed. rev. e atualiz. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963 e 1967.

RIBEIRO, V.; COSTA, M. R.; AGUIAR, J.; VALVERDE, I. — Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve (1965-70). A arquitetura tradicional e a preservação do património urbano numa proposta pioneira da antiga DGSU. *Colóquio Internacional de Arquitetura Popular*, Arcos de Valdevez, 2013. Livro de atas [no prelo].

\_\_\_\_; Aguiar, J.; REIMÃO COSTA, M. — Da Aldeia mais portuguesa de Portugal aos Melhoramentos Rurais e à Colonização Interna: O Estado Novo e o Património vernáculo. Actas da CIAV 2013/7ATP — *Conferência Internacional de Património Vernáculo & Arquitectura de Terra*. Vila Nova de Cerveira: ESAG, 2013. Disponível em (<http://esg.pt/ciav2013/index.php/pt/>), acedido em 24 de Abril de 2014. Ed. inglesa: CORREIA, M.; CARLOS, G.; ROCHA, S. (eds.) — *Vernacular Heritage and Earthen Architecture*. V. N. Cerveira: CRC Press-Taylor & Francis Group, 2013.

SANTOS, B. S. — Crime que compensa. *Visão*, n.º 892, abril de 2010.

TÁVORA, F. — *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Direcção de Serviços de Habitação, 1969 (policop.).

TOMÉ, M. — *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP, 2002.

## NOTAS

1. Sitte, antepassado direto de todos os Krier, tornou-se um dos primeiros «morfólogos urbanos» estudando, *in situ*, dezenas de cidades antigas, procurando as regras do desenho dos espaços públicos através das suas configurações formais, os segredos da articulação entre volumes e vazios, da riqueza formal das diferenças ou continuidades e percebe a fundamental importância dos contextos, obrigando a profundas mudanças nas teorias patrimoniais.

2. Beatriz Mugayar Kühn (cf. Kühn: 2013) compilou e traduziu para português alguns dos textos essenciais deste autor.

3.

**NOTA 3 – falta**

4. Em Lisboa, em Alfama, iniciam-se nos anos 40 intervenções de melhoria dirigidas por Veloso Reis Camelo, e formando-se mais tarde (1954) uma «Comissão do Plano de Melhoramento de Alfama» (como sucedeu em Valença do Minho) que pretendia o desafio de perspetivo a eixo dos grandes monumentos, acompanhadas de intervenções infraestruturais, como um plano geral de saneamento e

o calcetamento de ruas e passeios.

5. Sobre o tema, cf. Ribeiro, Aguiar e Reimão Costa: 2013.

6. Importa realçar que, ao tempo, não se utilizava o termo «reabilitação», que, só muito depois, com as iniciativas do Conselho da Europa e já nos meados dos anos 70, se tornou corrente.

7. «Lições permanentes que o passado garante ao futuro [de um]... continuar-inovando, num movimento constante de modificação para melhores condições, mas respeitando os valores positivos que porventura possam existir e que não deverão, portanto, ser destruídos[,] [onde] as soluções para cada caso, vão desde a simples beneficiação à demolição e reconstrução total.» (Távora: 1969, p. 33.) «Na verdade, basta que venham a ser encontrados, nas demolições a efetuar, elementos de interesse histórico, artístico ou arqueológico, para que a solução proposta seja imediatamente posta em causa.» (Távora: 1969, pp. 70-71.)

8. ICOMOS: 2011, pp. 11-12 e 6. Trad. livre.

9. Parecem-me ser outros exemplos destes processos de «guetização económica» dos núcleos urbanos históricos as políticas de restrição e condicionamento no acesso, ou de estacionamento, promovidas por empresas municipais, dando origem a novas formas de exclusão social. Por exemplo, em Lisboa, a exageradíssima política da EMEL para os bairros históricos, traduzida em brutais condicionamentos de acesso, transformam estes bairros em verdadeiros novos guetos, demarcados por fronteiras (eletrónicas ou com pinos), territórios exclusivos onde apenas os ricos conseguem aceder e suportar os custos de estacionamento (irrealisticamente oneroso), com consequente expulsão de trabalho e de algumas atividades fulcrais, como está a suceder com a Ar.Co., no Castelo, em Lisboa.

10. Termo utilizado, em abril de 2014, em Lisboa, por um coletivo de artistas que realizou pequenas manifestações e afixou cartazes pela Baixa Pombalina de uma ação intitulada «Terremotourism: instruções de emergência em caso de transformação urbana produzida por sismo turístico», protestando com a excessiva introdução de unidades hoteleiras na Baixa e centro de Lisboa, prejudicando o direito de residir na cidade.

11. Consulte-se o artigo, de Patrícia Carvalho, Relatório do ICOMOS-Portugal arrasa intervenção nas Cardosas do Porto. In j. *Público* de 1 de abril de 2013. Disponível em <http://www.publico.pt/local/noticia/relatorio-do-icomosportugal-arrasa-intervencao-nas-cardosas-do-porto-1589749>.

12. O International Scientific Committee on the Analysis and Restoration of Structures of Architectural Heritage (ISCARSAH) é um comité técnico do International Council on Monuments and Sites (ICOMOS).

13. Essas demolições, que incluíram o desmantelamento de parte do recém-descoberto Convento dos Loios — e não previstas no aprovado Plano Estratégico para o Quarteirão das Cardosas de 6 de junho de 2007 — tiveram parecer negativo da Direção Regional de Cultura do Norte, mas, contra a fundamentada opinião técnica, foram superiormente aprovadas invocando-se uma consulta prévia à UNESCO. Esta entidade foi consultada formalmente pelo ICOMOS-Portugal em 2012 e informou não ter emitido nenhum parecer sobre este projeto, que desconhecia de todo (o que vai contra o previsto na Convenção do Património Mundial, a qual obriga os Estados membros a informarem previamente a UNESCO deste tipo de alterações).

14. Declaração do Porto, ICOMOS-Portugal, 2013: um olhar de hoje sobre as dinâmicas da conservação e reabilitação de cidades históricas. Seminário Porto Património Mundial: Boas práticas em reabilitação urbana. ICOMOS, Porto, 25 de outubro de 2013. Porto: ICOMOS-Portugal, 2013. Disponível em <http://www.icomos.pt/images/pdfs/dec25.10.pdf>. Consultado em 26 de abril de 2013.